

FORMAÇÃO INICIAL DO MODELO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL (FIMPETI): PROMOVENDO A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

Bianca Silva Santana ¹
Carolinne Quintanilha Ornellas ²
Karoliny Mendes da Costa ³
Marcella Martins Lanes Tononi ⁴
Mayara Lima Candido ⁵

RESUMO

A Secretaria de Educação do Espírito Santo (Sedu) desenvolveu a Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral (Fimpeti), inserida em um conjunto de políticas voltadas à valorização da formação continuada e ao desenvolvimento integral dos profissionais do magistério. A Fimpeti visa fornecer as bases necessárias para a implementação bem-sucedida da educação em tempo integral na rede estadual de ensino. O curso de formação continuada, realizado na modalidade Educação à Distância (EaD), é promovido pelo Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (Cefope) e pela Gerência de Educação em Tempo Integral da Sedu. Entre 2020 e 2024, formou 7.299 profissionais que atuam em escolas de tempo integral. Em 2024, com atualizações de conteúdo, o curso foi organizado em quatro módulos, totalizando 80 horas. Os temas abordados incluíram História, Conceitos e Legislação; Princípios Educativos; Práticas, Rotinas e Componentes da Parte Diversificada; e Instrumentos de Gestão. Durante o curso, os participantes envolveram-se em atividades colaborativas mediadas por tutores experientes na gestão da educação em tempo integral. A formação ocorre em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com o objetivo de criar oportunidades de apropriação e aprofundamento teórico para as equipes escolares e para toda a rede de educação em tempo integral. Essa formação plena, baseada em um currículo integrado, visa desenvolver práticas e vivências que resultem em melhorias significativas no processo de educação integral, aprimorando a qualidade da educação no estado do Espírito Santo. Ao término da formação, por meio da avaliação dos cursistas, identificou-se que a missão de promover a formação continuada para os profissionais das Escolas Estaduais em Tempo Integral do Espírito Santo foi abraçada com entusiasmo e dedicação por todos os envolvidos. Além disso, aprimorou competências e habilidades, fortalecendo a valorização profissional e contribuindo para o alcance das metas educacionais estabelecidas pelos planos nacional e estadual.

Palavras-chave: Formação Continuada, Formação Integral, Educação em Tempo Integral.

¹Mestre em Letras do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, bianca0193@hotmail.com;

²Mestre em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, carolinneornellas@gmail.com;

³Doutoranda do Curso Educimat do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, karolinymendscosta@gmail.com;

⁴Graduada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, tononimarcella@gmail.com;

⁵Mestranda do Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE) do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, mayara.candido@edu.ufes.br.

INTRODUÇÃO

A Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral insere-se num conjunto de políticas implementadas pela Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo que expressa o investimento na valorização e promoção do desenvolvimento integral dos profissionais do magistério, contribuindo, dessa forma, para a garantia do direito da população capixaba à educação escolar com qualidade social.

No cenário atual da educação brasileira, é fundamental analisar as políticas públicas e as legislações que direcionam o desenvolvimento e a melhoria do sistema educacional. Entre essas iniciativas, destaca-se a Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE), que busca prover a educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das instituições de ensino públicas, de modo a contemplar, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) estudantes da educação básica.

No estado, a implementação da educação em tempo integral é respaldada por legislações específicas que visam fortalecer essa proposta. Em continuidade a esse compromisso, a Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019, complementa as diretrizes estabelecidas anteriormente. Essa legislação traz um conjunto de orientações voltadas para a implementação eficaz da educação em tempo integral, enfatizando a importância da articulação entre diferentes setores, como saúde, cultura e esporte, na construção de um ambiente educacional mais rico e estimulante. O foco na formação integral dos estudantes é uma resposta a demandas contemporâneas, que reconhecem a necessidade de preparar os jovens não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a vida em sociedade.

A educação em tempo integral no Espírito Santo, portanto, não se limita à ampliação da jornada escolar. Ela propõe uma nova abordagem pedagógica, que integra atividades acadêmicas e extracurriculares, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos. As experiências de educação em tempo integral têm mostrado resultados positivos, contribuindo para a melhoria do desempenho escolar, a redução da evasão e o fortalecimento dos vínculos sociais entre os estudantes e a comunidade escolar.

No Brasil, o diálogo sobre educação integral recebeu influências e discussões originadas na Europa. Anarquistas e socialistas pediam por uma escola mais comprometida com a justiça social, rejeitando autoritarismo e hierarquia. Defendiam uma abordagem educacional mais alinhada à realidade da classe trabalhadora, suas atividades laborais e aspirações de emancipação social.

Na virada do século XIX para o XX, o número de analfabetos no Brasil era seis vezes maior do que nos Estados Unidos, mesmo considerando a herança escravista compartilhada pelos dois

países (COLISTETE, 2016). Isso limitava as possibilidades de mudanças substanciais e efetivas, pois era necessário primeiro alfabetizar uma grande parcela da população. Assim, ao longo do século XX, não era incomum que algumas escolas tivessem até quatro turnos de três horas cada (LECLERC, 2021, p.31).

Na década de 1980, Darcy Ribeiro (1922-1997), inspirado por Anísio Teixeira, liderou a implementação, no estado do Rio de Janeiro, dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP). Esses centros ofereciam educação em período integral, com oito horas diárias, para estudantes do Ensino Fundamental. Entre 1982 e 1994, durante dois mandatos de Leonel Brizola, foram construídos 506 CIEPs. A nível federal, na década de 1990, surgiu um projeto semelhante à experiência fluminense.

Em 2007, o governo federal lançou o "Programa Mais Educação" (PME) com o objetivo de impulsionar a expansão das escolas de tempo integral em todo o Brasil. Baseado na transferência de recursos por meio da adesão, o programa promovia a educação integral através do aumento da jornada escolar, ações intersetoriais e a diversificação de atividades culturais, esportivas e acadêmicas. Paralelamente a esses esforços, durante a primeira década do século XXI, houve um crescimento, ainda que irregular nos estados brasileiros, no número de matrículas na educação em tempo integral (JEFFREY & SILVA, 2019). Em 2016, o PME foi reformulado como "Programa Novo Mais Educação", implicando uma reconfiguração de seu escopo, com maior foco no acompanhamento pedagógico e no aprimoramento do ensino de português e matemática.

Ao longo dos anos seguintes, o conceito de educação integral foi se desenvolvendo, considerando não apenas a extensão do tempo na escola, mas também uma abordagem mais ampla, englobando o desenvolvimento integral dos estudantes. As discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), iniciadas em 2015, também influenciaram as abordagens pedagógicas, destacando a importância de uma formação mais abrangente.

Com a aprovação da BNCC em 2017, houve um avanço no reconhecimento da importância de competências socioemocionais e da formação integral dos estudantes. A Lei do Novo Ensino Médio, sancionada em 2017, trouxe mudanças estruturais, permitindo a flexibilização curricular e incentivando a integração de atividades práticas, como a inserção de itinerários formativos e a ênfase em projetos de vida.

No governo atual, políticas educacionais continuam a buscar a promoção da educação integral. A implementação de escolas em tempo integral e a ênfase em práticas pedagógicas inovadoras visam proporcionar uma formação mais completa, alinhada às demandas do século XXI. A discussão sobre a educação integral permanece um ponto relevante nas agendas educacionais,

refletindo a busca por uma abordagem que vá além do ensino tradicional e contemple o desenvolvimento integral dos estudantes brasileiros.

Entretanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se a necessidade de formação continuada para os educadores, a adequação da infraestrutura escolar e a mobilização da comunidade em torno da proposta educativa. A resistência a mudanças e a falta de recursos também podem dificultar a efetivação plena da educação em tempo integral.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, em parceria com o CEFOPE e a Gerência de Educação em Tempo Integral, desenvolve a Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral (Fimpeti) na modalidade de Educação a Distância (EaD), com tutoria e uma carga horária total de 80 horas.

A ação formativa foi dividida em quatro tópicos: I - Histórias, Conceitos e Legislação; II – Princípios Educativos; III - Componentes Integradores e Práticas Educativas; e IV - Instrumentos de Gestão. Esse programa abrangente visa fornecer as bases necessárias para a implementação bem-sucedida da educação em tempo integral na rede estadual de ensino.

Ao longo da Fimpeti, foi possível visualizar que tal processo formativo, voltado para as equipes escolares, possibilita assegurar a continuidade da política pública da Educação em Tempo Integral. Oportunizar que as unidades escolares aperfeiçoem seu modelo pedagógico e de gestão com uma formação de participação ativa, com a colaboração da mediação por tutoria e material de apoio potente, para atingir uma Educação em Tempo Integral capixaba de qualidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação humana é um processo contínuo que ocorre em todos os momentos e espaços da vida. Trata-se de uma trajetória social e individual na qual valores, perspectivas e estruturas sociais se mesclam com as escolhas, preferências e habilidades individuais.

A promoção da Educação Integral busca garantir o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social, cultural e política. Essa abordagem requer a existência de um projeto coletivo compartilhado por estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

De acordo com Costa (2008), a possibilidade de abrir os projetos pedagógicos para outras dimensões do humano, coloca foco na educação interdimensional. Surge o objetivo de formar um

sujeito capaz de desenvolver e empregar os conhecimentos e ao mesmo tempo gerir com competência as habilidades de relacionamento consigo

A Educação Integral é uma concepção de educação na qual se assume o compromisso com o planejamento e a realização de processos formativos que reconhecem, respeitam, valorizam e incidem sobre as diferentes dimensões constitutivas do desenvolvimento dos sujeitos (cognitiva, física, social, emocional, cultural e política), a partir da mobilização e integração entre diferentes espaços, instituições sociais, tempos educativos e da diversificação das experiências e interações sociais.

Nesse contexto, o pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa desenvolveu a Educação Interdimensional, fundamentada nos quatro pilares da educação: aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conhecer e aprender a fazer. Essa abordagem busca promover a autonomia e o protagonismo juvenil. A Educação Interdimensional é um dos princípios educativos da educação integral na rede estadual do Espírito Santo e está expressa na Lei Complementar nº 928/19, que estabelece como uma das finalidades da Educação Integral a formação de cidadãos plenos em todas as dimensões.

Esse princípio está relacionado ao desenvolvimento integral do estudante, capacitando-o a atuar no mundo, elaborar pensamentos críticos e propositivos, e ser protagonista de sua própria história. Nesse sentido, a educação deve contribuir para a formação integral do estudante em todas as áreas da vida, indo além do conhecimento puramente acadêmico.

A educação interdimensional também encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, especificamente em seu Art. 2º, que estabelece: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (LDB, 1996, p.1).

Assim, a Educação Interdimensional propõe que educar é criar espaços para que o educando seja o construtor do seu próprio ser, permitindo-lhe desenvolver suas potencialidades tanto pessoais quanto sociais (COSTA; VIEIRA, 2006, p.47).

Costa também traz à luz o conceito e o entendimento acerca da Pedagogia da Presença e seus desdobramentos. Consideramos como referencial teórico a obra “Pedagogia da Presença – da solidão ao encontro”, do Professor Antônio Carlos Gomes da Costa, que afirma: “Somente uma

sociedade que aprende a tratar com respeito e dignidade aqueles que considera os piores, poderá um dia respeitar integralmente a todos os seus cidadãos”.

Nesse sentido, é fundamental desmistificar a ideia de que apenas alguns educadores possuem o “dom” de se fazer presentes de forma intencional e construtiva na vida de seus estudantes. As experiências observadas ao longo dos anos de implantação das escolas de Tempo Integral no Estado do Espírito Santo e em outros estados brasileiros comprovam que “se fazer presente” na realidade dos educandos é uma aptidão que pode ser aprendida, desenvolvida e aprimorada. Isso é possível desde que os profissionais da escola assumam um papel emancipador e demonstrem compromisso, engajamento e empatia pelas crianças e adolescentes.

METODOLOGIA/ RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de subsidiar os estudos, as reflexões e os dados da Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral (Fimpeti), foram organizados os resultados nos relatórios finais das ofertas dessa formação continuada, considerando os itens estabelecidos nos formulários de avaliação.

Foi analisado o período de 2018 a 2024, considerando os diferentes formatos das ofertas de formação. Os dados foram coletados a partir de documentos, registros e do sistema de certificação do CEFOPE. Os dados apresentados a seguir referem-se a profissionais efetivos e em designação temporária da Secretaria de Educação do Espírito Santo e foram reunidos pelos técnicos pedagógicos que atuam no CEFOPE, em consonância com a Gerência de Educação em Tempo Integral.

Em 2018 e 2019, a formação foi realizada de forma presencial, em modelo imersivo, com o objetivo de desenvolver competências preconizadas nos Princípios Educativos das escolas com oferta de Educação em Tempo Integral, tais como autonomia, protagonismo juvenil, desenvolvimento integral e habilidades cognitivas e socioemocionais. Com carga horária de 24 e 32 horas, a formação foi realizada presencialmente em polos únicos para todo o estado, organizada com oficinas que integravam teoria e prática.

Observe a Tabela 1 abaixo, que apresenta os profissionais que se inscreveram na formação pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Espírito Santo (Siarhes) e a quantidade de certificados emitidos, por ano.

Tabela 1- Cursistas inscritos e concluintes por ano e período da Fimpeti (2018-2019)

Ano	Profissionais da educação que inscritos na Formação da Educação em Tempo Integral pelo Siarhes	Profissionais da educação concluintes na Formação da Educação em Tempo Integral
2018/1	481	435
2018/2	119	118
2019/1	228	213
2019/2	115	111

Fonte: Arquivo das formações Cefope/Sedu-ES.

A partir de 2020, a formação apresentou a modalidade EaD (educação a distância), implementada com material e avaliação pela plataforma E-Cefope. Neste ano, capacitou mais de 2000 profissionais. Entre 2021 e 2023, a Fimpeti aumentou de 40 para 60 horas, capacitando mais de 4000 profissionais da rede estadual.

Tabela 2- Cursistas inscritos e concluintes por ano e período da Fimpeti (2020-2023)

Nome da Formação	Ano da Oferta	Quantidade de inscritos - Siarhes	Quantidade de Concluintes
Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral - turma 1	2021	575	575
Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral - turma 2	2021	542	543
Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral - turma 1	2022	1873	1179
Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral - turma 2	2022	1178	624
Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral - turma 1	2023	1916	774
Formação Inicial do Modelo	2023	988	380

Pedagógico da Educação em Tempo Integral - turma 2			
--	--	--	--

Fonte: Arquivo das formações Cefope/Sedu-ES.

Considerando a crescente demanda dos profissionais da educação integral no Espírito Santo e a necessidade de um atendimento mais direto, tornou-se necessária a implementação de uma formação no modelo EaD com tutoria em 2024.

Por meio da descentralização de recursos da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (Esesp), a Gerência de Educação em Tempo Integral, em parceria com o Cefope, contratou 25 docentes para atuarem na turma 01.

Os docentes contratados realizaram a mediação entre os cursistas, a plataforma digital e a equipe coordenadora da ação, garantindo que os cursistas pudessem interagir com profissionais capacitados na proposta pedagógica da educação em tempo integral. Eles ofereceram escuta ativa, orientação e avaliação do percurso formativo dos cursistas.

O curso foi ampliado para uma carga horária de 80 horas, desenvolvido por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na plataforma Moodle, com a presença de tutores.

A tabela a seguir apresenta os novos módulos da Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral, EaD com tutoria, do ano de 2024.

Tabela III - Tópicos da Formação em 2024

Tópicos	Carga horária
I - Histórias, Conceitos e Legislação;	10h
II – Princípios Educativos	20h
III – Práticas, Rotinas e Componentes da Parte diversificada	30h
IV – Instrumentos de Gestão	20h
Total	80h

Fonte: Arquivo das formações Cefope/Sedu-ES.

Buscando ampliar diferentes temáticas no campo da educação em tempo integral, as equipes envolvidas pensaram os seguintes conteúdos programáticos:

Tópicos	Conteúdo programático
I - História, Conceitos e Legislação	<ol style="list-style-type: none"> 1. História da Educação em Tempo Integral 2. A educação em tempo integral como política pública no Espírito Santo 3. A legislação que orienta a oferta de educação em tempo integral
II- Princípios Educativos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pedagogia da Presença 2. Protagonismo Juvenil 3. 4 pilares da educação 4. Educação Interdimensional
III- Práticas, Rotinas e Componentes da Parte Diversificada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acolhimento 2. Tutoria 3. Eletiva 4. Práticas e Vivências em Protagonismo (Clube) 5. Estudo Orientado 6. Projeto de Vida 7. Acolhimento 8. Pensamento Científico
IV - Instrumentos de Gestão	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação 2. Conselho de Classe 3. Plano de Ensino 4. Liderança Servidora 5. Modelo de Gestão

Nos tópicos, tutores e cursistas, desenvolveram processos qualificados de interação via fórum, mensagens diretas e e-mail. Essa dinâmica permitiu o aprofundamento das temáticas pertinentes para compreensão assertiva do modelo educacional da educação em tempo integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral tem contribuído com o compromisso da Secretaria de Educação do Espírito Santo com a qualificação contínua dos seus profissionais dentro da perspectiva da educação em tempo integral, para a transformação da educação pública e para a promoção de um ensino de excelência.

Com a expansão das escolas de Educação em Tempo Integral da Rede de Educação Estadual ao longo dos anos, a Fimpeti se apropriou das bases conceituais e metodológicas, criando condições para atuar de maneira eficaz com suas equipes nas novas unidades e, conseqüentemente, podendo ofertar um atendimento educacional integral de qualidade. A missão de promover a formação continuada para os profissionais que atuam nas Escolas Estaduais em Tempo Integral do estado do Espírito Santo foi abraçada pelos envolvidos, sejam cursistas ou tutores.

O cerne desta formação foi o desenvolvimento da metodologia da Educação em Tempo Integral e incentivamos a reflexão constante sobre a práxis pedagógica, a integração equilibrada entre teoria e prática, e a contínua qualificação do fazer pedagógico.

A “Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral - Estadual - 2024” foi base sólida para aprimorar as competências e habilidades, promovendo uma educação em tempo integral de qualidade, fortalecendo a valorização profissional e contribuindo para o alcance das metas educacionais estabelecidas pelos planos nacional e estadual.

REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009.

CREI – Centro de Referências em Educação Integral. Educação Integral Na Prática. Caderno 1: Conceitos, Princípios e estratégias estruturantes. São Paulo, CREI, 2017, 32-35 p.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Educação: coleção valores. São Paulo: Canção Nova, 2008.

_____. Aventura pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa. 2. Ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria Adenil. Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. 2. Ed. São Paulo: FTD; Salvador, BA: Fundação Odebrecht, 2006.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da; COSTA, Alfredo Carlos Gomes da; PIMENTEL, Antonio de Pádua Gomes. Educação e Vida: um guia para o adolescente. 2. Ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

ESPÍRITO SANTO. Lei N° 928, de 25 de novembro de 2019. Estabelece diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas Escolas Públicas Estaduais e dá outras providências. Disponível em: http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec92_82019.html Acesso: 10 nov. 2021.

INSTITUTO de Corresponsabilidade pela Educação. Modelo pedagógico: ambientes de aprendizagem. Recife: ICE, 2015, 14- 17 p.

_____. Modelo pedagógico: Metodologias de Êxito da Parte Diversificada do Currículo. Recife: ICE, 2015.



_____. Modelo pedagógico: Princípios educativos. Recife: ICE,

PAULA, Júlia da Matta Machado de; Martins, Marcelo Lema Del Rio; Angelo, Vitor Amorim de (organização). Educação em tempo integral no Espírito Santo: história, conceitos e metodologias [livro eletrônico]. 1. ed. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, 2021.